

**FEMINISMOS E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A
TRAJETÓRIA DE RACHEL SOIHET E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Eduarda C. de Castro Alves

Unirio

eduardacca@gmail.com

O artigo pretende perceber como o movimento feminista e a produção historiográfica das mulheres se deu nas universidades brasileiras a partir da trajetória da professora e pesquisadora Rachel Soihet, que foi uma das pioneiras do campo no Brasil. Mesmo ainda não sendo um campo totalmente integrado dentro dos cursos de História no Brasil, a história das mulheres e das relações de gênero já tem um reconhecimento maior que no momento em que Soihet produzia seus primeiros trabalhos a respeito dos movimentos das mulheres. Pretende-se assim ter uma visão de como essa produção historiográfica se transformou e se estabeleceu (mesmo que de forma ainda marginal) na Academia.

O movimento feminista

Heloísa Buarque de Holanda (2018) fala sobre um ressurgimento recente do movimento feminista no Brasil, que pode ser percebido a partir dos protestos, em 2015, contra o Projeto de Lei 5069/2013, que dificultaria o acesso das vítimas de estupro ao aborto legal. Desta maneira, o feminismo passa, novamente, a estar mais presente na vida de brasileiras e brasileiros. Apesar de nunca ter desaparecido, é bem perceptível que nos últimos anos há uma movimentação maior em torno do movimento. Porém, o feminismo atual tem novas e múltiplas formas e facetas, e é bem diferente daquele da década de 1980, momento em que ainda se estavam sendo descobertas as diferenças entre as mulheres, a interseccionalidade, a multiplicidade de sua opressão e de suas demandas. Atualmente os diferentes feminismos já alcançaram seus lugares de fala.

Para Joana Maria Pedro (2005), o feminismo como um movimento social visível tem vivido algumas ondas¹. A chamada primeira onda, segundo Meyer (2013), aglutina-se, fundamentalmente, no movimento sufragista, que, no Brasil, surgiu com a proclamação da República e acabou com a conquista do direito ao voto feminino, em 1934, mais de quarenta anos depois. A luta das mulheres na Primeira República acabou agregando muitas outras reivindicações do movimento feminista, como o direito à educação, condições melhores de trabalho, direito ao exercício da docência, entre outros. Assim, é importante perceber que mesmo neste momento havia movimentos feministas diversos.

Segundo Teles (2017), é possível identificar os diferentes movimentos feministas que caminham paralelamente: o das sufragistas e das tecelãs e costureiras grevistas. Enquanto as primeiras lutavam pelo direito ao voto, as tecelãs e costureiras batalhavam pela redução da jornada de trabalho e por melhores condições de trabalho.

Nessa passagem do século XIX para o século XX, segundo Rago (1995), houve um debate fortemente marcado pela preocupação de definir a condição e o lugar da mulher na sociedade. Esse debate foi feito tanto pelas feministas quanto pelos médicos e homens cultos das elites. As mulheres da classe média e da aristocracia cafeeira de um lado, e as operárias anarquistas de outro, colocaram em questão o lugar tradicional da mulher, reivindicando o direito à educação, ao trabalho e à participação na esfera pública em condições iguais às dos homens.

Rago (1995) diz que as mulheres liberais eram extremamente críticas do passado e observavam que, mesmo com o crescimento urbano, a modernização da vida social e a transformação da vida sedentária da grande propriedade rural fez com que as mulheres não dessem mais valor à educação, por isso, a grande maioria delas desconhecia suas potencialidades e era formada de modo a valorizar apenas aspectos supérfluos da sua personalidade. O reerguimento moral e intelectual das mulheres em geral dependeria de um trabalho educativo modernizador, que fosse capaz de compreender seu novo papel na sociedade, o potencial emancipador de que dispunha e os instrumentos necessários para

¹ Deve-se usar o termo “onda” com cuidado, pois seu uso de forma superficial pode passar a impressão que o feminismo não esteve presente na sociedade no período entre ondas, o que não é verdade. Assim, utiliza-se neste artigo, o termo para periodizar os momentos nos quais o feminismo moderno esteve em maior evidência em diversos âmbitos da sociedade.

sua luta². Porém, esse grupo de feministas colocava em discussão o lugar tradicionalmente destinado às mulheres especificamente da elite, como elas próprias, acreditando que as mulheres das camadas mais baixas estariam predestinadas à ignorância pela condição de vida econômica desfavorável. Ou seja, elas, e, por consequência, a imprensa feminina produzida por elas, ignoravam os problemas das mulheres mais pobres, assim como as lutas operárias que eram travadas nesta época. Desta forma, as feministas liberais trabalhavam com um alto nível de generalização, fazendo das mulheres de classe alta e média – que podiam ter acesso à cultura e à política – as responsáveis exclusivas pelo reerguimento moral da sociedade.

Rago (1995) diz que, ao contrário das feministas liberais, as feministas libertárias negavam-se a apoiar qualquer alternativa de negociação com as instituições burguesas. Quando pensavam e debatiam a respeito da educação era com o objetivo de denunciar as péssimas condições de trabalho, a falta de assistência pública, os baixos salários e, também, para mostrar às trabalhadoras a importância de se unirem e fundarem sociedades de resistência e sindicatos. Porém, é possível perceber que, em muitos pontos, as liberais e anarquistas utilizavam os mesmos argumentos, principalmente aqueles que colocavam a mulher como símbolo de regeneração moral e portadora de um futuro humano mais igualitário. Ao valorizarem o ideal da “mãe civilizadora”, procuravam dignificar e politizar a maternidade, considerando que o que estava em jogo era a formação do cidadão da pátria, para as liberais, e do “novo homem” da sociedade libertária, para as anarquistas. Por isso, educação é um fator importante para as duas correntes. (RAGO, 1995) Com a obtenção do voto e com a conquista de alguns direitos trabalhistas³, o movimento feminista deixou de estar tão presente na política e nas ruas.

O feminismo de segunda onda, segundo Pedro (2005), surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e tinha como uma de suas principais bandeiras “o pessoal é político”, e sua prioridade eram as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Esse movimento nos países ocidentais se deu basicamente nas décadas de 60 e 70, em um contexto de intensos debates e questionamentos desencadeados pelos movimentos de

² Nesse sentido, procuravam conscientizar as mulheres e apontar os rumos de superação das desigualdades sexuais tanto quando as anarquistas.

³ O movimento de mulheres trabalhadoras conseguiu conquistar a redução da jornada de trabalho, quase se igualando com a dos homens, também conseguiu a proibição do trabalho noturno para mulheres.

libertação ocorridos na Europa, que culminaram na França com as manifestações de maio de 68 (MEYER, 2013). No Brasil, essa segunda onda se associa à eclosão de movimentos de oposição ao governo da ditadura civil-militar e depois, aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira.⁴ (*idem*, 2013)

O movimento feminista de “segunda onda” ainda utilizava a categoria “mulher” para denunciar as desigualdades em relação à gênero. O termo era pensado em contraposição à palavra “homem”, que naquele momento era considerada universal, ou seja, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos – prática ainda comum atualmente. As mulheres dos movimentos feministas estavam questionando, então, que o universal na sociedade era o masculino, e que as mulheres acabavam não se sentindo incluídas. Assim, reivindicar em favor da “Mulher” era mostrar que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da mulher. Ou seja, era em nome da diferença em relação ao homem que a categoria mulher era reivindicada. (PEDRO, 2005)

É neste momento que há um reconhecimento da necessidade de um investimento mais consistente na produção do conhecimento, que buscavam compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres haviam sido historicamente submetidas. (MEYER, 2013). Segundo Michelle Perrot (2017), essa pesquisa feminista contribuiu para uma revisão do poder das mulheres na historiografia e nas Ciências Sociais.

Rago (1995) diz que ter um passado e uma história é uma necessidade dos vivos e traduz o profundo mal-estar do homem contemporâneo diante dos fenômenos de desenraizamento, de desterritorialização, de perda de referências tradicionais que organizavam a vida, como diria Pierre Nora (*apud* Rago, 1995). Assim, o passado é necessário para a construção de nossas identidades, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo nossas raízes. (RAGO, 1995)

Margareth Rago (1995) nos pergunta por que é importante a memória e a história do feminismo, e ela mesma responde, falando que o feminismo coloca o dedo na ferida da escrita histórica, mostrando que as mulheres foram, e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas e em seus direitos, como também em suas

⁴ Alguns autores, como Heloísa Buarque de Holanda classificam o movimento feminista da década de 1980 como sendo de terceira onda.

ações. Foram suprimidas da história e alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera do privado. O feminismo, portanto, aponta para a crítica dessa grande narrativa da história que sempre valorizou um “homem universal”, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes. O feminismo denuncia e critica, e por isso deve ser pensado e lembrado. (Rago, 1995)

A História das mulheres/de gênero foi construída a partir de diversas mudanças de concepções da História que aconteceram ao longo do século XX. Com o surgimento da História dos Annales, na França, que se opunha a uma história positivista e tradicionalista, que se voltava para os grandes homens e grandes acontecimentos, cria-se uma ideia de uma história total, preocupada em estudar os setores marginalizados, até então ignorados pela historiografia. Marc Bloch e Lucien Febvre, dois dos principais fundadores da Revista dos Annales, sugerem uma aproximação da História com as Ciências Sociais, de uma forma que os diversos aspectos e diferenças humanas eram problematizados. Portanto, abre-se espaço para uma história social e uma história econômica. Verdade que esse movimento ainda não se preocupava com a história das mulheres, mas a mudança que ele proporcionou nos modos de se pensar a História contribuiu para que a temática gênero fosse incorporada à História em um futuro não muito distante.

Antes disso é possível perceber um resgate do feminino a partir de debates a respeito da família, os quais as mulheres ganham importância, emergindo então uma historiografia que abordava a mulher a partir de uma ótica que a via despossuída de identidade, onde ela era percebida como a tentadora do homem, e era levada para o lado da natureza, carne e sexo. Porém, é apenas com a Nova História, junto a uma antropologia histórica que há uma ampliação do debate sobre família e sexualidade. (CUNHA, 2000)

Segundo Dagmar Meyer (2013), foram com as feministas pós-estruturalistas⁵ que o conceito de gênero foi ressignificado. Ele passa, então, a ser uma representação das formas de construção social, cultural e linguística que estão relacionadas aos processos que diferenciam homens e mulheres. Natalie Davis (1975-76, apud SCOTT, 1995) observa que o uso da palavra gênero na História é importante para que não sejam criadas duas áreas diferentes e separadas de estudos, uma história das mulheres e uma história

⁵ SCOTT, 1995, LOURO, 1997, WEEDON, 1999, NICHOLSON, 2000

dos homens, como se as duas fossem separadas, quando, na realidade, são intrínsecas. Essas estudiosas de gênero propõem então uma expansão dos limites da história, segundo Joan Scott:

Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas (...) uma tal metodologia implica não somente uma nova história das mulheres, mas também uma nova história. (SCOTT. 1995, p.74)

Gênero então passa a ser visto pelos estudiosos como algo ligado à concepção e à construção do próprio poder, ou seja, ele acaba sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. Rosaldo (1980, *apud* Scott, 1995) diz que as ações das mulheres não são aquelas que produzem o papel feminino na sociedade, mas o significado que suas ações adquirem a partir das interações que é, de fato, o produtor desse papel feminino social. Segundo Scott (1995), gênero, junto aos conceitos de classe e raça, é crucial para a organização da igualdade e da desigualdade, e que o processo social das relações de gênero são parte do próprio significado (e estrutura) de poder. Essa nova história proposta pelas autoras citadas se torna, então, uma reflexão das estratégias políticas feministas, nas quais o gênero deveria ser visto junto a uma visão de igualdade política e social, que incluiria tanto o gênero, como a classe e a raça.

Na década de 1970, a análise feita pelos historiadores das mulheres tinha um cunho esquerdista da opressão feminina, neste momento, esse trabalho restringia-se a considerações que enfatizavam a exploração de classe (que deixaria de existir em uma sociedade socialista), ou seja, era uma visão de uma opressão capitalista sobre as mulheres. (CUNHA, 2000) Sendo um dos primeiros trabalhos brasileiros a respeito da condição feminina foi o de Heleith Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*, defendido como tese de livre docência em 1967 e publicado em 1976 pela editora Vozes. Na década seguinte, há o surgimento de uma segunda vertente historiográfica das produções acadêmicas sobre mulheres, na qual os estudos se preocupam em revelar a presença das mulheres atuando na vida social. (*ibidem*, 2000) . Assim, segundo Silva (2008), as narrativas históricas sobre as mulheres que foram marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão ganharam força, de fato, na década de 1980. E é nesse momento que os estudos sobre o feminino

sofrem uma inovação quando começam a utilizar gênero como uma categoria de análise, pois é através dela que descobre-se diferenciadas lutas e múltiplos sujeitos na história das mulheres. (CUNHA, 2000). É a partir dessa historiografia feminista no país que pode-se verificar que são resgatados vários aspectos da condição feminina, em períodos que variam do século XIX até meados do século XX, onde a imagem da mulher é de pária da sociedade – imagem que a mulher passa a recusar junto com seu suposto destino social, a partir da segunda metade do século XX. (*idem*, 2000)

A partir disso, busca-se entender como o feminismo e a História das mulheres e/ou das relações de gênero trabalharam juntos dentro da Academia a partir da trajetória de vida de uma das historiadoras pioneiras no campo, Rachel Soihet. Sabendo que a biografia é um instrumento útil e suplementar para a história atual, e que é uma maneira de fazer história por outros meios. (LE GOFF, apud DEL PRIORI, 2009). Também tendo a consciência que através da biografia de um indivíduo é possível ter uma visão do período e do ambiente escolhido, pois o indivíduo é, ao mesmo tempo, ator crítico e produto de sua época, é possível perceber a história por dois ângulos. (DEL PRIORI, 2009) Dosse (2015) diz que a biografia é escrita, assim como a história, primeiro no presente, em uma relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor. Por muito tempo, pela história foi considerada um gênero ruim, mas na década de 1980, as ciências humanas em geral e os historiadores redescobrem as virtudes do gênero. Assim se inicia uma verdadeira explosão biográfica. O gênero biográfico começou a estar à altura de abrir as portas ao conjunto das ciências humanas e literárias graças à sua receptividade. (DOSSE, 2015)

Rachel Soihet influenciou a historiografia brasileira das mulheres, ou seja, a Academia. Ela é professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde trabalhou desde 1976, começando com o cargo de professora colaboradora, e em 1994 se tornou professora titular. Seus principais temas de trabalho é a cultura popular e a história das mulheres. Desde 2006, seus projetos de pesquisas tem tido como objeto as feministas dos anos 1970/1980, sendo o atual, segundo seu currículo lattes tendo o foco em Hildete Pereira de Melo e Comba Marques Porto.

Soihet, ao trabalhar com a história das mulheres tem como principal fio condutor a história do feminismo no Brasil, sendo sua dissertação, apresentada em 1974, *Bertha*

Lutz e a Ascensão social da Mulher. 1919 – 1937 e sua tese, defendida em 1986, *Vivências e Formas de Violência : Mulher de Classe Subalterna no Rio de Janeiro (1890 - 1920)* sobre os processos criminais no Rio de Janeiro que mostram que o comportamento feminino diferia daquele que era veiculado pela ideologia dominante.

Soihet começou a trabalhar com a temática da história das mulheres no Brasil na década de 1970, em um momento em que não havia uma historiografia consolidada desta temática no país, e ainda estava em um estágio muito inicial no resto do mundo. Soihet estava praticamente sozinha nesses estudos, como ela mesma diz:

Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre estes, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subsequentes obstáculos quanto ao tratamento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico e metodológico a ser utilizado no tratamento da questão. (SOIHET, 1998, p.77)

Uma de suas poucas obras de referência era, então *O Segundo Sexo*, da francesa Simone de Beauvoir, lançado no Brasil em 1958. Pelo trabalho de Soihet, percebe-se que ela sempre teve interesse em manifestações e formas de atuação e intervenção das feministas, sendo elas formais e informais. Segundo a historiadora (2011), um dos principais motivos de interesse pela História das mulheres foi sua observação, desde jovem, das conversas e dos espaços ocupados pelas mulheres que se diferenciava dos homens, sua discordância desta separação de papéis entre homens e mulheres como algo natural a fez perceber como as mulheres tinham desvantagens no desenvolvimento de suas potencialidades, especialmente nos planos intelectual e profissional.

Seu doutorado na USP, entre os anos 1982 e 1986, tem como objeto a história das mulheres na tese intitulada *Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890 - 1920)*. Como ela mesma diz:

Agora interessava-me pelas mulheres pobres no Rio de Janeiro, numa conjuntura plena de transformações, entre 1890 e 1920, correspondente à “Belle époque”. Focalizar o cotidiano das mulheres anônimas, que uniam as mazelas do sexo àquelas de classe, sem esquecer da etnia, foi meu objetivo. Trabalhei com processos criminais e não estava disposta a apresentar, apenas, a dimensão vítima de tais mulheres. Queria esquadrihar suas estratégias de resistência, descartando uma visão indicadora, unicamente, da ação do poder sobre os, ou melhor, as dominadas passivas. (SOIHET, 2011, p. 122)

Seu trabalho parece se preocupar com as mulheres que ainda eram esquecidas – pela historiografia e pela sociedade. Claro que não podemos afirmar que seu trabalho esteja apenas relacionado a este feminismo, até porque a história das Mulheres e dos subalternos já estava começando a conquistar espaço dentro da produção historiográfica no mundo ocidental. Porém, como uma mulher que sempre se preocupou com a questão feminina⁶, Soihet é um ótimo exemplo de pesquisadora de sua época. Até sua mudança de temática pode ter sido um reflexo das mudanças sociais pelas quais o Brasil (e a historiografia brasileira) vivia, pois ela deixa de se preocupar com um movimento de mulheres da elite, para se preocupar com formas de resistência das mulheres mais pobres às políticas do Estado – preocupação mais central de uma parcela das feministas da década de 1980.

Já em 2013, Soihet lança o livro *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* que pretende, enfim, compreender os movimentos feministas, inicialmente situados na década de 1930, os encontros e desencontros do movimento feminista dos anos 1970 e 1980, e a partir destes feminismos ela busca compreender a zombaria como um instrumento conservador entre libertários, e percebe que esse ambiente contribui para uma nova história das mulheres e das relações de gênero que é feita através de identidades e conquistas, mas também com dissensões, diásporas e disputas por poder.

Rachel Soihet, portanto, é uma pesquisadora importantíssima tanto para o estudo da condição feminina e das relações de gênero, quanto para o estudo dos movimentos feministas do Brasil no século XX. Sua produção é essencial para a escrita desse gênero da história, assim como suas inúmeras pesquisas que tiveram influências em diversos alunos da graduação e da pós-graduação da UFF, estando muitos deles produzindo em diversos lugares do Brasil, ainda sob a perspectiva de gênero na História. Soihet é uma historiadora que deve ser lembrada.

⁶ “O gérmen do feminismo estava latente em mim de longa data. Mas, sem dúvida, as lutas feministas, a partir de fins dos anos 1960, unidas às leituras de obras hoje clássicas, como a de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* — marco indiscutível para todos(as) que buscassem uma abordagem sobre as mulheres — , a de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*, e, ainda, a de Betty Friedan, *A mística feminina*, foram fundamentais para que esse sentimento tomasse vulto.” (SOIHET, 2011, p. 123)

Referências Bibliográficas

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281667>> Acesso em 09/03/2019

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: O ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito Político. In: SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. (orgs.) **Mulher e trabalho**: encontro entre feminismo e sindicalismo. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. V.5 n. 2. 2005. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>> Acesso em 19/02/19.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n19/n19a04.pdf>

COSTA, Suely. Gênero e história. In: ABREU, Martha; SCOIHET, Rachel. (Org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cada da Palavra, 2009.

CUNHA, Maria de Fátima. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. In: **História do ensino**. Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12396>> Acesso em 20/02/2019

DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topóis*. V.10, n.19, jul-dez 2009. pp 7-16

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*: escrever uma vida. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: Arte, cultura, política e Universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre.(org.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estud. sociol.**, Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012 Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4930>> Acesso em 13/03/2019.

_____. O feminismo Político do século XX. **Margem esquerda: Ensaio Marxistas**. Boitempo editorial. pp. 129-143. 2007 Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-9-O-feminismo-pol%C3%ADtico-do-s%C3%A9culo-xx.pdf>> Acesso em 13/03/2019

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 177-196.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612/2022>> Acesso em 13/03/2019

SANTOS, Raphaela Souza dos. Falando sobre mulheres a partir de mulheres – o Feminino entre os anos de 1970 e 1989 no Brasil. **Fazendo Gênero 9**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278281926_ARQUIVO_RaphaelaSouzadosSantos-comunicacaooral.pdf> Acesso em 13/03/2019

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, pp. 35-50. Maio-agosto/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>> Acesso em 13/03/2019

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99. jul./dez. 1995. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 13/03/2019

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011

SOIHET, R. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 77-87, jul./dez. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464>>. Acesso em 20/06/18

_____. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa na História das mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300. 2007

_____. História das mulheres: um entrevista com Rachel Soihet. [2011] **Revista de História**, v.3, n.1, p. 120-124, 2011. Entrevista concedida a Natália de Santanna Guerellus em março de 2011, a partir do roteiro elaborado por Natália Guerellus e Rebeca Sobral Freire. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27906>> Acesso em 13/03/2019

_____. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 40, p. 169-195, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645075>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Encontros e desencontros dos feminismos no Rio de Janeiro e emergência da consciência de gênero (1970-1980). In: _____. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173>> Acesso 13/03/2019

_____. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.